



A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES, ÀS 10H DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2024, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Discussão e votação:

- a) Ata da 26ª Reunião Ordinária da CCJ;
- b) Ata da 6ª Reunião Conjunta da CCJ, CFT e CTASP.

II. Ordem do dia:

- a) Discussão e votação das matérias:

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

Devolução de vista ao [PL./0011/2023](#), de autoria do **Deputado Delegado Egidio**, que “Proíbe a venda, a queima e a soltura de fogos de artifício com estampidos, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos festivos de efeito sonoro ruidoso no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0139/2023.

[PL./0384/2024](#), de autoria do **Deputado Sargento Lima**, que “Denomina Aldoino Goldoni a ponte sobre o Rio Chapecó, localizada em Abelardo Luz, na Rodovia SC-155, trecho Divisa PR/SC - Abelardo Luz, e altera o Anexo VI da Lei nº 16.720, de 2015, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

[PL./0406/2024](#), de autoria do **Deputado Camilo Martins**, que “Declara de utilidade pública a Associação Lageana de Natação e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

[PL./0409/2024](#), de autoria do **Deputado Carlos Humberto**, que “Declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Muaythai Tradicional, de Balneário Camboriú e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.



DEPUTADO VOLNEI WEBER

[PL./0383/2024](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mães de Pessoas com Deficiência Intelectual e Autismo, de Rio do Oeste e Altera o Anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0424/2024](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Declara de utilidade pública a Associação Cultural Polonesa, de Itaiópolis e Altera o Anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0425/2024](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Declara de utilidade pública o Casarão - Museu da Memória Regional, de Itaiópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

[PL./0185/2024](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Altera o anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, para substituir o nome da Escola de Educação Básica, denominada Vitério Roma, por Escola de Educação Básica Rosane Favretto, localizada no município de Vargem Bonita, e altera”.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

[PL./0142/2020](#), de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que “Altera a Lei nº 17.144, de 2017, que ‘Institui a Tabela Complementar do SUS Nacional, para o fim de obtenção de prestação de serviços privados de pessoas físicas ou jurídicas na área da saúde e adota outras providências’, para inclusão dos Municípios na abrangência da Lei”.

[PL./0370/2023](#), de autoria do **Deputado Jair Miotto**, que “Estabelece que nos editais de concessão e/ou permissão da prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação de rodovias estaduais, constará a isenção aos veículos automotores de duas rodas, como motocicletas, de pagamento de pedágio em rodovias estaduais”.



[PL./0484/2023](#), de autoria do **Deputado Marquito**, que “Dispõe sobre o fornecimento de água potável gratuitamente em espaços de grande circulação e estabelecimentos de uso público e dá outras providências

[PL./0024/2024](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Institui o Programa ‘PRAIA PARA TODOS’ para garantir acessibilidade plena nas praias marítimas urbanas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências”.

[PL./0085/2024](#), de autoria da **Deputada Jana Guedes**, que “Dispõe sobre a inclusão de conteúdos relativos ‘À prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher’ como temas transversais nos currículos escolares das escolas públicas do Estado de Santa Catarina”.

DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO

[PL./0101/2024](#), de autoria da **Deputada Ana Campagnolo**, que “Suspende a exigência de licenças ambientais para atividade de mineração em caso de declaração de Estado de Calamidade Pública em Santa Catarina”.

[PL./0089/2024](#), de autoria do **Deputado Ivan Naatz**, que “Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher”.

[PL./0052/2024](#), de autoria do **Deputado Matheus Cadorin**, que “Dispõe sobre a inclusão da quilometragem exibida no hodômetro dos veículos no Certificado de Registro Veicular - CRV, a cada transferência de propriedade no âmbito do Estado de Santa Catarina e dá outras providências”.

[PEC./0008/2024](#), de autoria do **Deputado Napoleão Bernardes**, que “Acrescenta o art. 120-D à Constituição do Estado de Santa Catarina, para prever a utilização das transferências especiais e voluntárias, como instrumento de repasse de recurso público para entidades legalmente declaradas de utilidade pública”.

[PL./0437/2024](#), de autoria do **Deputado Mário Motta**, que “Declara de utilidade pública a Associação Doce Vida do município de Lages e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade”.



DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES

[**PL./0436/2024**](#), de autoria do **Deputado Matheus Cadorin**, que “Concede o título de Cidadão Catarinense a Miguel Abuhab”.

[**PL./0114/2023**](#), de autoria do **Deputado Sérgio Guimarães**, que “Institui a realização do exame ‘Teste do Olhinho’ para detecção do câncer nos olhos em recém-nascidos e dá outras providências”.

[**PL./0465/2024**](#), de autoria do **Deputado Lucas Neves**, que “Institui o Dia Estadual do Caçador e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado’, para neste incluir a referida data alusiva”.

[**PL./0421/2024**](#), de autoria do **Deputado Pepê Collaço**, que “Declara de utilidade pública Associação São Judas Tadeu - Casa da Gente, de Laguna e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[**PL./0405/2024**](#), de autoria do **Deputado Mário Motta**, que “Declara de utilidade pública o Grupo de Escoteiro Barriga Verde, com sede no município de Florianópolis, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[**OF./0017/2024**](#), de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que “Do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), encaminhando à Decisão proferida nos autos do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade (Órgão Especial) Nº 0000105-36.2020.8.24.0000/SC, que julgou incidentalmente inconstitucional a Lei Estadual nº 17.277, de 06/10/2017”.

[**OF./0022/2024**](#), de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que “Do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, comunicando a decisão adotada pelo Órgão Especial daquele sodalício no Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade nº 5009517-32.2022.8.24.0000/SC, que julgou-o parcialmente procedente e reconheceu a inconstitucionalidade dos artigos 2º e 4º da Lei nº 7.678/2020, de Criciúma, e a constitucionalidade do Parágrafo único art. 27 da Lei nº 7.460/2019, também do município de Criciúma”.



[OF./0023/2024](#), de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que “Do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, comunicando a decisão adotada pelo Órgão Especial daquele sodalício no Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade nº 5038898-51.2023.8.24.0000/SC, para ‘declarar inconstitucional a Lei n. 245, de 20/11/2000, do Município de São Francisco do Sul, por violação direta aos arts. 13, 16, 17 e 137, caput e § 1º da Constituição do Estado de Santa Catarina, e aos arts. 23, XI, 30, V, 37, caput, e 175, todos da Constituição Federal”.

DEPUTADO TIAGO ZILLI

[OF./0027/2024](#), de autoria da **Entidade Social**, que “Da Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, de Florianópolis, solicitando a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública para dar nova denominação à entidade. (Associação dos Militares Estaduais de Santa Catarina - AME/SC)”.

[OF./0024/2024](#), de autoria da **Entidade Social**, que “Da Associação dos Deficientes Físicos de Araranguá (ADEAR), solicitando a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública, em razão de alteração de sua sede e denominação social. (Associação da Pessoa com Deficiência Física de Araranguá)”.

[PEC./0007/2024](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Acrescenta o inciso XIII ao art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0428/2023](#), de autoria do **Deputado Pedrão Silvestre**, que “Altera a Lei nº 15.048, de 2009, que “Dispõe sobre a divulgação dos nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pelas chefias de plantão nas entradas principais e de acesso ao público dos hospitais, casas de saúde, prontos-socorros e ambulatórios localizados no Estado de Santa Catarina”, para o fim de ampliar a sua abrangência”.

DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES

[PL./0308/2024](#), de autoria do **Deputado Marquito**, que “Declara de Utilidade Pública a ONG Mais União, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.



[PL./0309/2024](#), de autoria do **Deputado Marquito**, que “Declara de Utilidade Pública a Conselho de Bois de Mamão do Estado de Santa Catarina, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

[PL./0311/2024](#), de autoria do **Deputado Rodrigo Minotto**, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para alterar a denominação do Grande Oriente do Estado de Santa Catarina (GOESC) para Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina (GOB-SC), de Florianópolis”.

[PL./0336/2024](#), de autoria do **Deputado Sérgio Motta**, que “Declara de utilidade pública a Associação Casa do Oleiro, do município de Alfredo Wagner e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0380/2024](#), de autoria do **Deputado Silvio Zancanaro**, que “Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA EQUOTERAPIA DE BIGUAÇU SC (AAEB) e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0388/2024](#), de autoria do **Deputado Delegado Egidio**, que “Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de São Lourenço do Oeste e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0151/2024](#), de autoria do **Deputado Marcos Vieira**, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, para denominar o município de Joaçaba como a "Capital Catarinense do Carnaval”.

DEPUTADO CAMILO MARTINS

[OF./0339/2020](#), de autoria da **Entidade Social**, que “Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública do Hospital e Maternidade Dona Lisette, de Taió”.



[OF./0008/2022](#), de autoria da **Entidade Social**, que “Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública Instituto Lions do Distrito LD-9, de São José, para Instituto Lions da Visão do Distrito LD-9, de Palhoça”.

[OF./0015/2022](#), de autoria da **Entidade Social**, que “Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, para Fundação Hospitalar São Lourenço, de São Lourenço do Oeste”.

[PL./0301/2024](#), de autoria do **Deputado Lucas Neves**, que “Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina o Mel da Bracatinga, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0302/2024](#), de autoria do **Deputado Lucas Neves**, que “Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina a Carne de Frescal de São Joaquim, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”.